

A crise e o debate

João Paulo de
Almeida Magalhães

UM dos aspectos mais dramáticos da atual conjuntura brasileira se acha no baixíssimo nível em que vêm sendo desenvolvidos os debates. Antes, portanto, de entrarmos diretamente no assunto deste artigo, convém recapitular alguns pontos de análise econômica elementar.

Toda a literatura econômica mundial, e sobre o assunto a brasileira é bastante abundante, mostra que existe uma troca ou *trade off* entre inflação e emprego, podendo este último conceito ser substituído pelo de crescimento do PIB. Os debates em torno da chamada Curva de Phillips têm esse aspecto como seu foco principal; no Brasil, a discussão sobre as políticas de estabilização monetária versaram essencialmente sobre seus aspectos antidesenvolvimentistas; a tese básica do estruturalismo, teoria de grande sucesso entre nós, é de que qualquer tentativa de parar a inflação tende a comprometer a política de desenvolvimento.

Talvez se devesse reconhecer que os heterodoxos brasileiros, autores da política gradualista de combate à inflação, pretendiam ter criado uma fórmula para se chegar à estabilização monetária sem comprometimento do ritmo de desenvolvimento e, portanto, com preservação dos níveis de emprego. Sustentavam, essencialmente, que a inflação tem como base a disputa em torno da repartição do PIB. As coisas se passariam da seguinte forma: as aspirações dos diversos grupos sociais, somadas às poupanças necessárias aos investimentos, iam além de 100% do PIB.

Ocorre, em consequência disso, uma disputa entre os interessados, que se traduz em elevação crônica de preços e salários. Os heterodoxos brasileiros propunham, através de uma "política de rendimentos" ou de um novo "pacto social", resolver essa incompatibilidade. Sómente depois disso seria lançada a política antiinflacionária propriamente dita. Como na nova política de rendimentos, ou no novo pacto social, as margens de poupança eram preservadas, o controle da inflação poderia ser alcançado com um mínimo de declínio na taxa de desenvolvimento ou de emprego.

Na presente situação brasileira, contudo, o Governo deixou de lado a proposta de novo pacto social (o que implicaria em drástica elevação de impostos sobre ganhos e renda do capital, revisão da política salarial, eliminação das vantagens excessivas dadas à agricultura etc.) donde ser lícito afirmar-se que as opções atuais do Brasil são estritamente entre menos desemprego e mais inflação e mais desemprego e menos inflação.

Nesse contexto é extremamente difícil entender-se a repetida afirmação do Governo de que a inflação está sendo contida mas que o desemprego é setorial e/ou compensado pela criação de novos postos de trabalho na Agricultura. Igualmente incompreensível é a posição dos que sugerem mais investimentos supondo que isso será conseguido sem inflação suplementar. Algumas vezes a proposição de mais despesas públicas ou mais crédito é mesmo apresentada como algo revolucionário, como se Keynes não houvesse proposto exatamente essa solução em 1936. Outra incrível demonstração do baixo nível dos debates é a proposta da mudança da estrutura dos investimentos (medida de prazo médio) para resolver o problema atual do desemprego do ABC (dificuldade tipicamente de curto prazo).

Na atual conjuntura brasileira, qualquer debate razoavelmente civilizado, em termos técnicos, só pode girar em termos de opção entre inflação e emprego ou, feita a opção por uma das alternativas, sobre as formas de minorar seus corolários negativos mais graves. Pessoalmente acredito que o Governo, pressionado pelos banqueiros internacionais, não tem alternativa se não conter a inflação aceitando certa margem de desemprego. Nesse caso cumpria estudar a maneira de reduzir as consequências dessa política. O esforço deveria ser, obviamente, no sentido de melhorar a situação dos desempregados (redu-

ção da jornada de trabalho, seguro de desemprego) reduzir ao mínimo inevitável a margem do desemprego (observe-se nesse sentido que o aumento das exportações, mesmo com aumento das pressões inflacionárias, é aceitável pelos banqueiros internacionais), amparar a média e pequena empresas etc.

Os que consideram o desemprego inaceitável deveriam reconhecer abertamente que ou não vêm mal nas elevadíssimas taxas de inflação, ou que as consideram o menor dos males. Dentro de estrita lógica econômica deveriam, igualmente, apresentar fórmulas para compensar uma reação negativa dos banqueiros internacionais ou, simplesmente, eliminar nossas inquietações sobre o assunto, comprovando que ela não terá importância ou simplesmente não ocorrerá.

Para não ser maniqueísta, reconheço que se poderia igualmente defender um pouco mais de inflação em troca de um pouco menos de emprego, o que talvez fosse aceitável pela opinião internacional. O importante é reconhecer que existe uma troca, ou *trade off*, entre inflação, de um lado, e emprego ou crescimento do PIB, de outro.

Vejamos, a título de conclusão, as causas da caótica situação atual dos debates econômicos. Temos, em primeiro lugar, a posição do Governo. Este se comprometeu, com base numa concepção gradualista, acabar com inflação sem recessão. Chegou, todavia, à conclusão de que não havia condições políticas para uma "nova política de rendimentos" ou "novo pacto social". Percebeu, além disso, que o gradualismo tampouco é de fácil aplicação quando o aumento de preços passa dos 100% a.a.

Não tendo conseguido evitar a recessão e desemprego, procura minimizar sua importância qualificando-os de setoriais, temporários, regionais, ou, simplesmente, dizendo que se trata de corolários de um "ajustamento estrutural". Em termos estritamente políticos esse otimismo oficial é sem dúvida compreensível, e até recomendável, no sentido de evitar um agravamento de tipo psicológico da situação. Quando excessivo gera, contudo, descrédito, resultado ainda pior que o pessimismo generalizado.

Em segundo lugar, temos a posição da esquerda que, dentro de uma visão apocalíptica das dificuldades presentes, considera que estamos diante de problemas incontornáveis, que só poderão se agravar dentro do quadro capitalista de nossa economia.

Acusada de nada propor de construtivo, sugere medidas casuísticas, de reduzido impacto. Isso é compreensível porque a esquerda não está, em última análise, a fim de salvar o Capitalismo. Como não explicita, todavia, essa restrição básica, suas supostas contribuições apenas servem para tornar ainda mais confusa a situação. A boa cobertura de imprensa de que dispõe, exacerbada pela excelente receptividade de que usualmente usufruem os profetas do caos, multiplica singularmente a repercussão e, portanto, o impacto negativo dos seus pronunciamentos.

Em terceiro lugar, e talvez a causa mais grave do baixo nível atual dos debates, se acha a omissão do excelente grupo de jovens economistas que constitui a nova elite da especialidade. Essa omissão se explica seja por certo preconceito (um economista de alto nível acadêmico apenas opina em publicações técnicas especializadas), seja por prudência (a experiência demonstra que discordâncias da política econômica oficial não são financeiramente saudáveis para instituições de pesquisa ou pesquisadores autônomos), seja ainda, por timidez (até que ponto as ideias expostas serão distorcidas ou mal interpretadas pela imprensa?). O fato de que os economistas da Fundação Getúlio Vargas, que têm costas largas, se apresentem como os mais ativos nas objeções à política oficial, comprova a grande importância da segunda causa.

Em suma, chegou o momento de a opinião pública exigir dos economistas uma contribuição para interpretação da crise, mais ampla, menos desconcentrada e, sobretudo, tecnicamente de melhor nível.

João Paulo de Almeida Magalhães é professor-titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro

